



O agro é pop? A relação do agronegócio com a legislação sobre trabalho análogo ao de escravo.

Bárbara Cunha de Melo*, Sávio Machado Cavalcante.

Resumo

Este trabalho objetiva compreender as relações entre as dinâmicas produtivas do setor do agronegócio e os debates acerca da legislação que regulamenta as condições de trabalho análogas à de escravo no Brasil.

Palavras-chave:

Trabalho Escravo, Agronegócio, Poder Legislativo.

Introdução

A imersão bibliográfica e o processo eleitoral ocorrido no segundo semestre de 2018 conduziram os problemas de pesquisa a reformulações em relação ao projeto original. O setor do agronegócio apresenta um elevado potencial de crescimento econômico devido não somente ao seu poder de mercado, mas ao amparo de políticas governamentais que se expressam institucionalmente por meio de grupos políticos. Ao considerar que o setor do agronegócio reúne o que há de mais tecnológico no mundo moderno e o que há de mais precário e arcaico nas relações sociais, pretende-se compreender como as estruturas de poder conjugam “moderno” e “arcaico” na cadeia de valor e como estes aspectos se expressam nas disputas políticas.

Resultados e Discussão

O processo de modernização conservadora, característico do desenvolvimento do Brasil, apesar do investimento científico e de incorporar diversos recursos tecnológicos, registra elevados índices de concentração de terra, de pobreza no campo e de precarização do trabalho, o que acentua as desigualdades sociais no país. A expressão moderna deste modelo de desenvolvimento pôde ser observada durante a pesquisa de campo realizada em abril de 2019 na Agrishow, a maior feira de inovação e tecnologia agrícola da América Latina, e uma das maiores do mundo. Verificou-se a profunda tendência de digitalização das atividades no campo, o que corresponde à implementação de inteligência artificial, big data, blockchain, internet das coisas (IoT), e outros recursos de mecanização das atividades rurais. Além disso, constatou-se a presença expressiva de integrantes do atual governo na Arena do Conhecimento que constituiu a feira. Já o aspecto arcaico pôde ser identificado a partir da pesquisa bibliográfica e filmográfica, a qual apontou para o processo de expulsão das pessoas que vivem na região da fronteira agrícola e a consequente exposição destas pessoas às condições mais degradantes de exploração do trabalho. Deve-se ressaltar a importância de plataformas digitais como Ruralômetro, que indicou os parlamentares cujas campanhas foram financiadas por empresas enquadradas na Lista Suja do Trabalho Escravo; e da pesquisa realizada pelo jornalista Alceu Luís Castilho, a qual demonstra a tendência curiosa do latifúndio sob o domínio de figuras políticas.

Conclusões

A reestruturação produtiva neoliberal e o desenvolvimento capitalista brasileiro demonstram a concentração de poder

político e econômico, que se expressa pela reunião dos interesses do capital e do latifúndio, a qual preserva resíduos de relações de trabalho fundadas sobre os vínculos de dependência, sobre o não assalariamento e sobre as relações clientelistas (Setúbal, 2007).

A redação dada ao Art. 149 do CPB pela Lei nº 10.803/2003, a qual amplia o conceito de condições de trabalho análogo ao de escravo, dificulta a realização dos interesses econômicos de setores do agronegócio. Assim, as representações políticas e econômicas do sistema industrial agrícola disputam e negociam os termos da Lei, de modo que as condições de trabalho sejam funcionais conforme as exigências do modelo econômico.

Agradecimentos

Agradeço, inicialmente, à minha professora de sociologia do EM, Giane Barroso, pela inspiração a cursar Ciências Sociais - área que escolhi não somente como carreira, mas como modo de vida. O presente trabalho foi construído pouco a pouco sob orientação do Profº. Dr. Sávio Cavalcante, quem acolheu os meus questionamentos e a quem eu dedico os mais sinceros agradecimentos. Agradeço igualmente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o qual disponibilizou a bolsa de estudos que permitiu o desenvolvimento desta iniciação científica. Por último, mas não menos importante, sou grata aos meus familiares e amigos, os quais ofereceram o suporte afetivo e emocional necessário a realização desta pesquisa.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e acentralidade do mundo do trabalho*. São Paulo – SP: Cortez; Campinas – SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ATLAS DO AGRONEGÓCIO: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. SANTOS, M.; GLASS, V. (orgs.). Rio de Janeiro – RJ: Fundação Heinrich Boll Stiftung Brasil. São Paulo – SP: Fundação Rosa Luxemburgo, 2018.

CASTILHO, A. L. *O partido da terra. Como os políticos conquistam o território brasileiro*. São Paulo – SP: Contexto, 2012.

PRADO Jr. C. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo – SP: Brasiliense, 2000.

SETÚBAL, M. “Refuncionalização da servidão: Uma análise da permanência de formas de escravidão na agroindústria canavieira de Campos dos Goytacazes”. In. ALVES, F; NOVAES, J. R. (orgs.) *Migrantes: Trabalho e trabalhadores no Complexo Industrial Canavieiro (os heróis do agronegócio)*. São Carlos – SP: Ed. UFSCar, 2007. Pp. 191 - 211.

SAVERO, F. G. “O Trabalho Escravo na Acumulação Capitalista Moderna”. In. FIGUEIRA, R. R; PRADO, A.A; GALVÃO, E. M. *Discussões Contemporâneas sobre o Trabalho Escravo – Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro - RJ: Mauad X, 2016.

SASSEN, S. *Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro – RJ. São Paulo – SP: Paz e Terra, 2016.